

A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*

The reformulation of the Doctrine of National Security for the Escola Superior de Guerra in Brazil: the geopolitical of Golbery do Couto e Silva

*Ananda Simões Fernandes***

RESUMO

A adaptação da Doutrina de Segurança Nacional, no Brasil, foi feita pela Escola Superior de Guerra, um dos centros de ensino militar de pensamento estratégico durante a década de 1950. A doutrina difundida pelos Estados Unidos e ensinada aos oficiais brasileiros na zona do Canal do Panamá foi adequada a noção de geopolítica estudada desde 1930 destacadamente entre a intelectualidade militar, assim como a ênfase em elementos mais pertinentes à realidade brasileira, como foi a maior importância dada à guerra revolucionária, difundida por franceses e ingleses, em relação à guerra total. Para essa reflexão, foram utilizados principalmente os manuais elaborados pela Escola Superior de Guerra, pois se constituem em importantes fontes sobre o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional no país, e *Geopolítica do Brasil*, do general Golbery do Couto e Silva, escrita em 1958, considerada a obra mais influente sobre a incorporação da geopolítica brasileira ao ideário da Guerra Fria e da segurança nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Doutrina de Segurança Nacional; Brasil; Escola Superior de Guerra; guerra revolucionária; geopolítica; Golbery do Couto e Silva.

ABSTRACT

The adaptation of the Doctrine of National Security in Brazil was made by the Superior School of War, one of the centers of military education of strategical thought during '50. The notion of geopolitics studied since 1930 prominently between the military intellectuality was adjusted to the doctrine spread out for the United States and taught to the Brazilian officers in the zone of the Canal of Panama as well as the emphasis in more pertinent elements to the Brazilian reality, as it was the biggest importance given to the revolutionary war, spread out for Frenchmen and English, in relation to the war total. For this reflection, the manuals elaborated for the Superior School of War had been used mainly, therefore they consist in important sources on the development of the Doctrine of National Security in the country, and *Geopolitics of Brazil*, the general Golbery of the Couto and Silva, writing in 1958, considered the workmanship most influential on the incorporation of Brazilian geopolitics to the idea of the Cold War and the national security.

KEYWORDS: Doctrine of National Security; Brazil; Escola Superior de Guerra; revolutionary war; geopolitical; Golbery do Couto e Silva.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria, a perspectiva norte-americana de projetos políticos para a América Latina foi

* Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) / Brasil.

** Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) / Brasil.

pautada pelo princípio da contenção da União Soviética a fim de evitar a expansão do comunismo: agora, nessa estrutura bipolar, era necessária a formação de blocos militares com países aliados. Nesta nova ordem global, os Estados Unidos precisavam assegurar seus mercados tradicionais e os novos que estavam se abrindo como decorrência dos processos de descolonização dos antigos impérios coloniais.

A política norte-americana passou a ser marcada por acentuado anticomunismo. Nesse sentido, dois expedientes foram lançados em 1947 para o fortalecimento do sistema capitalista. Primeiro, o Plano Marshall, elaborado para reconstruir a economia européia, visando barrar o avanço do comunismo nessa região através de reformas sociais e econômicas que mirassem o bem-estar social dos trabalhadores. Segundo, a Doutrina Truman e a sua política de contenção, através da qual os Estados Unidos se comprometiam a enviar forças militares a qualquer país do mundo ameaçado pela União Soviética ou pela subversão interna insuflada pelo comunismo.

Porém, a América Latina ainda não era uma região preocupante para os interesses políticos, econômicos, geopolíticos e militares dos Estados Unidos: “uma vez que um ataque direto pelas forças comunistas na América do Sul é improvável, as principais contribuições da América Latina para as nações do mundo livre se concentrariam na manutenção da ordem e na prevenção das atividades subversivas” (MECHAM apud MARTINS FILHO, 1999: 70). Partindo dessa perspectiva, compreendem-se os gastos norte-americanos com ajuda militar durante a década de 1950: “a Europa ficou com cinquenta e cinco por cento, o Extremo Oriente com vinte e três por cento, o Oriente Próximo, Sul da Ásia e África com quatorze por cento e a América Latina com *um por cento*” (U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE apud MARTINS FILHO, 1999: 70). Para os Estados Unidos, era fundamental manter a América Latina aliada ao bloco capitalista em função da proteção do Atlântico Sul contra o tráfego marítimo soviético e também para a manutenção da ordem no subcontinente. Em contrapartida, interessava às Forças Armadas latino-americanas a assessoria militar, os armamentos e o treinamento norte-americanos, partindo da premissa da aceitação da hegemonia dos Estados Unidos nessa nova ordem estrutural.

Uma das primeiras medidas da Doutrina Truman para a adesão e

manutenção dos países latino-americanos no bloco capitalista foi a criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947. Este Tratado estabelecia que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um outro americano, seria considerado como um ataque contra todos os eles e, em consequência, cada país se comprometeria a ajudar a fazer frente ao ataque. Apesar dos protestos gerados no subcontinente (os países latino-americanos estariam definitivamente vinculados à estratégia militar dos Estados Unidos), o TIAR abriu caminho para o Sistema Militar Interamericano, o que acabou proporcionando “a primeira série de acordos bilaterais para o estabelecimento de missões de assessoria militar” (MARTINS FILHO, 1999: 69).¹ Já em 1948, foi assinada a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Bogotá, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Os países-membros comprometiam-se a defender o desenvolvimento sócioeconômico do continente americano, através de métodos pacíficos. Na prática, a OEA acabou se constituindo em um organismo de imposição e manutenção da ordem hegemônica capitalista na América Latina.

A Guerra da Coreia, em 1950, combinada com a Revolução Chinesa, foi um marco na Guerra Fria, estendendo-a para a Ásia e gerando sérias repercussões para o cenário internacional. Sua deflagração ocasionou questionamentos sobre a declaração de uma guerra convencional entre Estados Unidos e União Soviética, o que possibilitou ao Sistema Interamericano de Defesa² obter do Congresso norte-americano a aprovação de uma série de acordos bilaterais (Programa de Ajuda Militar) que foram aplicados a partir de 1952, através da Lei de Segurança Mútua. Dessa maneira, aprofundavam-se os laços de dependência entre os exércitos latino-americanos e o Pentágono,³ expandindo a defesa nacional dos Estados Unidos para os países latino-americanos. No final da década de 1950, o sistema militar de ajuda consistia em:

- 1) missões militares norte-americanas em dezoito países, com quinhentos e cinquenta e oito assessores das três forças; 2) cerca de oitocentos oficiais americanos na América Latina (sem contar os militares estacionados no Panamá); 3) intenso treinamento de oficiais

¹ Inclusive o Brasil foi o primeiro país a participar dessas missões, resultando na criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, na sua versão definitiva.

² Esse sistema acabou sendo formado pelos diversos acordos militares bilaterais firmados. Estabelecia a “Defesa Mútua”, mas, em realidade, estendia a política de defesa norte-americana para a América Latina.

³ Somente o México e a Argentina não participaram dos acordos bilaterais (até 1964).

do Sul em bases no Panamá e nos EUA; 4) amplas vendas de material militar, à vista ou a crédito; 5) visitas regulares ao EUA por parte de oficiais latino-americanos; e 6) um comando unificado americano para a América Latina, estabelecido na Zona do Canal: o SOUTHCOM (MARTINS FILHO, 1999: 69).

Assim, ao longo da década de 1950, começaram a se constituir os elementos concretos que possibilitariam a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos e difundida através das escolas militares, para a América Latina. As ditaduras que se estabeleceram no Cone Sul tiveram como sustentação ideológica os preceitos dessa doutrina.

A origem embrionária da DSN para a América Latina pode ser encontrada na chamada “Declaração de Caracas de 1954”, quando, na X Conferência Interamericana realizada nessa capital, os Estados Unidos conseguiram uma condenação por parte da OEA à intervenção do “comunismo internacional na América Latina”. Essa declaração era claramente dirigida à Guatemala, que desde 1944 estava vivendo um processo nacionalista baseado em reformas, dentre elas, a reforma agrária. Contudo, a principal proprietária de terras e empregadora de mão-de-obra neste país era a poderosa *United Fruit Company*, um dos símbolos do imperialismo norte-americano, notadamente na América Central, considerada pelos Estados Unidos como seu enclave econômico. A reforma agrária iniciada pelo presidente Jacobo Arbenz destinava-se somente às terras improdutivas dos latifúndios, o que atingia, evidentemente, a empresa norte-americana. A primeira expropriação de terras da *United Fruit Company* ocorreu em 1953; rapidamente, essa empresa, associada à oligarquia local e à Igreja Católica –principais setores que tiveram suas terras expropriadas pelo governo– começou a apoiar a derrocada do projeto democrático baseado no nacional-reformismo de Jacobo Arbenz. Para tanto, a política norte-americana começou a arquitetar o plano para o golpe de Estado, através do seu Departamento de Estado, da Companhia de Inteligência Americana (CIA) e da própria *United Fruit*. Assim, os Estados Unidos, ao tratar a Guatemala como a “cabeça-de-praia do comunismo internacional na América”, procurava obter apoio dos demais países latino-americanos, levando ao isolamento do pequeno país da América Central.

Desse modo, a política externa dos Estados Unidos consagrava como característica a interferência em assuntos de ordem interna dos demais países

do continente. Tal postura ficou explicitada na já citada X Conferência Interamericana em Caracas, no qual se posicionou fortemente contrário à Guatemala, levando à queda do presidente Arbenz, assim como no apoio à tentativa de golpe que levou ao suicídio de Getúlio Vargas, no Brasil, também em 1954, e à queda do segundo governo de Juan Domingo Perón, na Argentina, em 1955.

Porém, a partir do êxito da Revolução Cubana, em 1959, a política externa norte-americana adotou uma nova estratégia em resposta ao avanço do “comunismo” na América Latina: a contra-insurreição. A Revolução Cubana inspirou movimentos nacionalistas, reformistas e comunistas em todo o subcontinente, tendo como principal mote o antiimperialismo norte-americano. A partir de 1959, os gastos dos Estados Unidos com a América Latina rapidamente aumentaram⁴ e a estratégia da contra-insurgência foi imensamente difundida pelas escolas de guerra, principalmente após a desastrosa tentativa da invasão da Baía dos Porcos, em 1961, sendo acentuada com a Crise dos Mísseis, em 1962. Cuba e seu exemplo revolucionário passaram a ser o maior perigo para os interesses norte-americanos na região. John F. Kennedy chegou à presidência dos Estados Unidos calcado num discurso completamente anticomunista e anticastrista: “Castro é apenas o início de nossas dificuldades na América Latina. A grande batalha será evitar que a influência de Castro se espalhe para outros países. É tempo de ganhar os corações e mentes dos pobres da América Latina” (KENNEDY apud SCHOULTZ, 2000: 393).⁵

Foi a partir da Revolução Cubana que os norte-americanos montaram a sua estratégia de luta antiguerrilha, a contra-insurreição, apropriando-se da experiência da guerra revolucionária das lutas de libertação nacional dos impérios coloniais ingleses e, principalmente, franceses. O presidente norte-americano John Kennedy assim percebia a contra-insurreição:

Uma luta em muito sentido mais difícil que a guerra [...] que ocorre todos os dias, sem alarde, em milhares de aldeias e mercados e nas salas de aula de todo o mundo. Os exércitos e os armamentos modernos servem principalmente como o escudo atrás do qual a subversão, a infiltração e uma série de outras táticas avança

⁴ Em poucos anos, o patamar de 1%, na década de 1950, subiu para 6% (MARTINS FILHO, 1999: 74).

⁵ A expressão “conquista de corações e mentes” surgiu na Malásia, como parte do esforço anti-insurrecional inglês.

tenazmente [...] explorando o legítimo descontentamento e anseios populares e as armadilhas legítimas dos processos de autodeterminação (KENNEDY apud MARTINS FILHO, 1999: 69).

A guerra contra-revolucionária tinha como estratégia a combinação de investimentos em esforços militares e programas de ação cívica no combate às mazelas sociais dos países do Terceiro Mundo, principal motivo e atração do ideário comunista. Assim, a estratégia de contra-insurreição formulada pelo presidente Kennedy e seus assessores foi baseada na elaboração francesa e inglesa de guerra revolucionária. Por um lado, Kennedy lançou o plano de desenvolvimento socioeconômico para a América Latina, a Aliança para o Progresso, a fim de impedir alguns índices de pobreza do subcontinente, tentando barrar, desse modo, o avanço de idéias comunistas. Para tanto, o Ato de Assistência Mútua, de 1951, foi substituído pelo Ato de Assistência Estrangeira, em 1961, sendo criada a Agência de Desenvolvimento Interamericana (AID),⁶ a fim de administrar os programas socioeconômicos gerados pela Aliança para o Progresso. Já no âmbito militar, as instituições para o treinamento de oficiais latino-americanos começaram a ser readequadas segundo as novas orientações da DSN para este contexto: o principal esforço da contra-insurgência se operou através dos programas de formação militar.⁷

O *National War College*, fundado em 1946, teve como objetivo a criação de uma doutrina própria para estudar e aperfeiçoar a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria, através, principalmente, da perspectiva de segurança coletiva. Sediado em Washington e vinculado ao Pentágono, foi um dos responsáveis pela elaboração da DSN. As escolas militares na América Latina foram formuladas segundo a inspiração dessa escola de guerra: Escola Superior de Guerra (ESG), no Brasil; Academia de Guerra, no Chile; Escola Nacional de Guerra, no Paraguai; Escola Superior de Guerra, na Colômbia; Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia. A Junta Interamericana de Defesa criou, em 1962, um colégio análogo ao *National War College*, o Colégio Interamericano de Defesa, localizado em Washington, que tinha por objetivo

⁶ Entretanto, as instituições de assistência socioeconômica e as de ajuda militar interferiam uma na área de atuação da outra. Inúmeros funcionários da AID eram enviados para treinamento nas escolas de guerra norte-americanas e a ajuda financeira que seria destinada a resolver problemas sociais estava sendo gasta em treinamentos militares.

⁷ Logo após o assassinato do presidente Kennedy, seu sucessor, Lyndon Johnson, abandonaria o discurso reformista da contra-insurreição, detendo-se somente no aspecto militar.

transmitir aos oficiais latino-americanos a estratégia elaborada pelo Pentágono.

Após a Revolução Cubana, os primeiros programas militares que ensinavam a contra-insurgência foram ministrados na Escola do Caribe do Exército dos Estados Unidos, criada em 1949, na zona de ocupação do Canal de Panamá, em Fort Gulick, responsável pelo aperfeiçoamento profissional de oficiais norte-americanos. Esse treinamento foi estendido para militares de toda América Latina a partir da vitoriosa guerrilha de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, levando essa instituição de ensino militar a ficar conhecida como “Escola das Américas”. Segundo Joseph Comblin, 33.147 oficiais militares latino-americanos freqüentaram a escola do Canal do Panamá, entre 1961 e 1977 (COMBLIN, 1978). Essas medidas estavam incluídas na mudança de orientação da estratégia de contenção da expansão do comunismo, agora presente na América Latina: a defesa coletiva do hemisfério foi substituída pela segurança interna. Assim:

[...] é dentro dessa perspectiva de implicar atores locais na defesa de uma área que passou a ser compreendida como inserida na nova concepção de segurança interna dos EUA que o Pentágono, através da DSN, assumiu a qualificação das Forças Armadas da América Latina, fornecendo treinamento, doutrinação, armamento e suporte logístico. Por detrás dessa ação, objetivou o combate dos focos de descontentamento e de agitação social que podiam desestabilizar a região. Para tanto, multiplicou a criação de novas escolas com essa finalidade e o treinamento de quadros policiais e militares para maior eficiência no enfrentamento da ameaça externa e interna comunista (PADRÓS, 2005: 210).

A DSN foi a ideologia disseminada nessas instituições militares. As ditaduras civil-militares instituídas no Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela aplicação de suas diretrizes. A DSN fundamentava-se na necessidade da segurança nacional para a defesa dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental, era a resposta ao “comunismo ateu”, tendo como base um virulento anticomunismo. No campo econômico, a ideologia da segurança nacional era “um instrumento utilizado pelos setores dominantes, associados ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente” (ALVES, 2005: 27). A segurança nacional, conforme Joseph Comblin, “é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. Essa capacidade é naturalmente, uma força. Trata-se, portanto, da força do Estado, capaz de

derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais” (COMBLIN, 1978: 54).⁸ Assim, o autor prossegue caracterizando a segurança nacional como um conceito muito operacional e funcional, exatamente em decorrência da indefinição do inimigo que atenta contra esta propalada segurança:

A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem *contra quem*: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o estado está presente e faz intervir a segurança nacional. [...] à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional (COMBLIN, 1978: 55).

A flexibilização do conceito de comunismo, ou seja, a sua amplitude, é a base ideológica para fundamentar um dos conceitos-chave da DSN: o do “inimigo interno”. Partindo da premissa de que o comunismo não seria estimulado via uma agressão externa, mas, sim, insuflado dentro das fronteiras nacionais de cada país, esse conceito é fundamental para explicar e legitimar as medidas tomadas pelos governos ditatoriais. Como bem destacou Comblin, a indefinição do “inimigo interno” é que gera eficiência à doutrina e às medidas repressivas que são adotadas. O inimigo passa a ser visto como sinônimo desde grupos armados de esquerda, partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressistas da Igreja, militantes de Direitos Humanos até qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime; ou seja, é importante manter o conceito elástico para que haja possibilidade de enquadrar novos grupos como comunistas. Isto pode ser apreendido nas palavras do chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, Breno Borges Fortes, na X Conferência de Comandantes em Chefe de Exércitos americanos, em Caracas, no ano de 1973: “O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado” (FORTES apud COMBLIN, 1978: 48). Além disso, “a identificação de um ‘inimigo interno’ circunstancial possibilita manter a coesão daqueles que se

⁸ Os Objetivos Nacionais são as metas que a DSN tenta alcançar através da sua aplicação. Basicamente, são os mesmos em todas as ditaduras de Segurança Nacional. No Brasil, por exemplo, eram: integridade territorial, integridade nacional, democracia, progresso, paz social e soberania. Ou, então, conforme Golbery: “ciência, cristianismo, democracia” (SILVA, 1981: 76).

sentem ameaçados diante do avanço de projetos radicais e justifica uma permanente situação de militarização e repressão sobre a sociedade” (PADRÓS, 2005: 185). E para se defender desse inimigo, não há diferenciação entre violência preventiva e violência repressiva. Passa-se a viver uma guerra interna. Inclusive, os golpes de Estado dados pela coalizão civil-militar nos países do Cone Sul foram justificados como golpes contra-insurgentes, isto é, preventivos, com a justificativa de impedir que o comunismo se instalasse ou, então, avançasse, como no caso do Chile.

Segundo Comblin (1978), a segurança nacional desfaz a distinção entre política externa e política interna. Esta afirmação, quando referente aos aspectos repressivos da DSN, é de vital compreensão para outro elemento presente na doutrina: as “fronteiras ideológicas”. O “inimigo interno” pode estar localizado em outro país (exilado, banido, clandestino), assim como o “inimigo interno” de outra Nação também precisa ser combatido não somente pelo país que o abriga. Este é o fundamento da criação da Operação Condor, em 1975, quando as Forças Armadas do Cone Sul se uniram e montaram um aparato repressivo de controle, espionagem e cooperação regional. Entretanto, desde o momento em que a primeira ditadura contra-insurgente foi instalada no Cone Sul, em 1964 – a do Brasil⁹ –, o conceito de “fronteiras ideológicas” já foi utilizado. A cooperação repressiva internacional começou muito antes da Operação Condor. Na concepção de “fronteiras ideológicas”, diante da ameaça e da expansão do comunismo para o “Mundo Livre”, as fronteiras territoriais e geográficas não estavam mais em questão. Elas poderiam ser ultrapassadas, visto que não havia mais soberania nacional a ser respeitada quando os valores da civilização democrática e cristã estivessem sob ameaça. Assim, o que importava era a ideologia vigente no governo em questão ou se havia algum grupo/movimento que pudesse desestabilizar o governo. Desse modo, na lógica da DSN, invasões, interferências em países considerados de perfil “comunista” ou ameaçados por ele seriam consideradas naturais, a fim de manter sua segurança interna.

Portanto, os conceitos de “inimigo interno” e de “fronteiras ideológicas”

⁹ É importante frisar a ditadura de Alfredo Stroessner, no Paraguai, deflagrada em 1954. Inicialmente, entretanto, esse governo configurou-se mais em uma ditadura nos moldes “personalistas”, passando, ao longo da década de 1960, a incorporar elementos centrais da Doutrina de Segurança Nacional.

são fundamentais para a caracterização da guerra revolucionária. A DSN enumera três formas de guerra que estão na base da elaboração da guerra total, ou seja, a percepção de que se vivia em uma situação de conflito permanente contra o comunismo: a generalizada, a fria e a revolucionária. A guerra generalizada prevê que ela é absoluta, logo, almeja a destruição do inimigo por uma questão de sobrevivência; a guerra atômica é sua última conseqüência. A guerra fria é uma nova forma de embate, que é travada em todos os campos, político, econômico, social, cultural, militar, ideológico, psicológico, mas evita o confronto armado direto. É a que estabeleceu a bipolaridade entre a potência capitalista, os Estados Unidos, e a potência socialista, a União Soviética. Já a guerra contra-revolucionária, ou contra-insurgente, foi a noção escolhida a fim de ser utilizada para a contenção no Terceiro Mundo,¹⁰ inclusive pelos militares latino-americanos, como bem aponta Carina Perelli: “La percepción de la amenaza comunista como una variante de la guerra interna –la guerra revolucionaria o subversiva– es sustancialmente idéntica en todos los ejércitos del Cono Sur” (PERELLI, 1990: 149). E no final de 1960, o chefe da CIA, Allen Dulles já enunciava que os Estados Unidos estavam diante de “uma revolta dos despossuídos (*have-nots*), particularmente na América Latina, na Ásia e na África” (DULLES apud MARTINS FILHO, 1999: 71).

A concepção de guerra revolucionária foi desenvolvida pelos ingleses e principalmente pelos franceses, durante a campanha da Indochina (1946-1954). Também foi posta em prática durante a luta de libertação nacional da Argélia (1954-1962). Na lógica da DSN, qualquer movimento, fossem guerras de libertação nacional ou de caráter reformista, era percebido como guerra revolucionária. Dentro dessa perspectiva, todas as lutas e formas de contestação eram percebidas como movidas pelo comunismo. Através da guerra revolucionária, a União Soviética estenderia seus domínios sobre o Terceiro Mundo. Segundo a Escola Superior de Guerra de Paris, a guerra revolucionária é:

Doutrina de guerra, elaborada pelos teóricos marxistas-leninistas e praticada por movimentos revolucionários diversos que visam à conquista do Poder através do controle progressivo, físico e psicológico, das populações, com a ajuda de técnicas particulares, apoiados numa *mística* e seguindo um processo determinado. Tal

¹⁰ O termo “Terceiro Mundo”, formulado na Conferência de Bandung (Indonésia), em 1955, originalmente referia-se aos países que não estavam alinhados nem ao bloco capitalista e nem ao bloco socialista. Posteriormente, o termo começou a ser utilizado para designar as regiões periféricas do capitalismo, ou seja, América Latina, Ásia e África.

doutrina pode acomodar-se a todas as formas de guerra (MARTINS FILHO, 2003: 110-111).

Um dos fundamentos da guerra anti-revolucionária é a ação cívica, ou seja, a idéia de que o governo é mais eficiente para o povo do que um processo revolucionário (concepção da Aliança para o Progresso). Essa estratégia foi aplicada também na guerra do Vietnã e, apesar do seu conhecido fracasso, “de 1965 em diante, o ensino dessa escolástica superou, nas escolas militares, o ensino consagrado a outras formas de guerra” (COMBLIN, 1978: 47). China, Indochina, Argélia, Cuba, Vietnã foram experiências que se acumularam na luta contra-insurgente. Os teóricos do conceito de guerra revolucionária o elaboraram a partir das análises dos textos e orientações militares de Mao Tse-Tung, Ho Chi Minh, Nguyen Giap e Ernesto Che Guevara.

O complexo civil-militar no Brasil: Escola Superior de Guerra, Instituto Brasileiro de Ação Democrática e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

A Escola Superior de Guerra foi criada com base no modelo do *National War College*, quando os militares brasileiros que integraram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), antes de retornarem ao Brasil após terem participado da Segunda Guerra Mundial, foram enviados aos Estados Unidos para entrar em contato com suas instituições militares de ensino. Ali, os oficiais brasileiros perceberam a demonstração da superioridade militar-bélica norte-americana e o clima da Guerra Fria.

A ESG teve dois nascimentos. O primeiro ocorreu em 1948, sendo a continuidade do projeto lançado em 1942, que consistia em um curso de Alto Comando a ser freqüentado por generais e coronéis e, posteriormente, por altos oficiais das três armas; o segundo foi em 1949, quando o projeto de 1942 foi rapidamente atropelado pelo contexto da Guerra Fria, momento em que os Estados Unidos enviaram uma missão de assessoria. Assim, pela Lei nº. 785, de 20 de agosto de 1949, surgia a ESG, tendo por finalidade “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional” (MIYAMOTO; GONÇALVES, 2000: 177). A instituição nascia subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas e seu primeiro comandante foi o general Oswaldo Cordeiro de Farias.

As Forças Armadas brasileiras, em particular o Exército, sempre tiveram atuação marcante nas decisões políticas do país. Desde a Revolução de 1930 e, notadamente, a partir da implantação do Estado Novo, em 1937, elas passaram a ser parte integrante do cenário político. Na década de 1930 ocorreram as principais mudanças estruturais nas Forças Armadas, principalmente em relação ao Exército. Os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, apoiados pelo presidente Getúlio Vargas, “conseguiram tornar o Exército uma organização coesa, politicamente homogênea e socialmente permeável às classes média e alta da população” (MARTINS FILHO, 2003: 104). Assim, é importante constatar que “depois do golpe de 1937, os militares passavam a ser os principais fiadores tanto da ordem social como da política de desenvolvimento nacional do regime do Estado Novo” (Ibidem: 105).

A ESG não se preocupava somente com a preparação de altos oficiais: incluía em seus cursos civis dos setores dominantes, nas condições de professores do quadro permanente e convidados, conferencistas e alunos. Entre 1950 e 1967, quase 50% dos graduados na escola militar eram civis. Após o golpe de Estado em 1964, vários alunos da Escola ocuparam cargos nas instituições políticas e econômicas brasileiras.¹¹ Inclusive o primeiro militar eleito presidente pela ditadura brasileira, o marechal Castelo Branco, foi um dos grandes expoentes da instituição. A ESG, em grande parte devido ao pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva, começou a ser percebida, nos meios políticos e na imprensa, como um grande laboratório de idéias do país. Efetivamente, a produção de reflexões sobre o país e o futuro do Brasil, destacadamente a partir da década de 1940, se deu através de instituições: a própria ESG, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB),¹² o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Fundação Joaquim Nabuco.¹³

Duas obras tiveram importante destaque na historiografia sobre a ditadura civil-militar brasileira: *Os militares na política*, de Alfred Stepan (1975) e *1964:*

¹¹ “Entre os que concluíram cursos na ESG estavam 599 altos oficiais militares, 224 industriais, 200 ministros de Estado e burocratas de primeiro escalão, 97 diretores de órgãos governamentais, 39 parlamentares, 23 juizes federais e estaduais e 107 tecnocratas” (ALVES, 2005: 29).

¹² O ISEB foi um centro de estudos, criado em 1955, pelo presidente João Café Filho, vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura, no qual as discussões giravam em torno principalmente da questão do desenvolvimentismo.

¹³ A criação dessa instituição governamental foi proposta por Gylberto Freire, com o propósito de fomentar a pesquisa no Brasil. A Fundação Joaquim Nabuco surgiu em 1949.

a conquista do Estado, de René Armand Dreifuss (1981). A primeira faz uma análise dos setores militares no jogo político, dando ênfase à ESG, enquanto que a segunda obra realiza um pormenorizado exame dos setores civis da sociedade brasileira que articularam o golpe, principalmente duas instituições, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Sem negar a importância dessas obras para o acréscimo da historiografia, estudos posteriores intentaram trabalhar essas três instituições conjuntamente,¹⁴ tratando-as como um complexo que acabou por levar à desestabilização o governo João Goulart, preparando e arquitetando o golpe de Estado.

O IBAD foi fundado em 1959, e tinha por finalidade combater as políticas desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek, planejando possíveis formas de inserção no Brasil das grandes empresas e do capital internacional, influenciando nos debates econômico, político e social do país através de ações publicitárias, patrocinadas por empresários brasileiros e norte-americanos. O instituto chegou a criar a Ação Democrática Popular, outra organização para desviar recursos e financiar os candidatos a governadores contrários ao governo João Goulart nas eleições de 1962, em onze estados brasileiros. O IBAD, assim como o IPES –e futuro “irmão”, era marcado pelo forte anticomunismo. Entretanto, possuindo ações bem mais ostensivas, não conseguiu sobreviver à Comissão Parlamentar de Inquérito realizada em 1963, exatamente em função do financiamento das eleições estaduais. Já o IPES, além de ter sido considerado pela ditadura brasileira “órgão de utilidade pública”, teve suas atividades encerradas somente em 1970.

O IPES foi criado logo após João Goulart assumir a presidência, em 1961. O órgão foi fundado por oitenta pessoas, logo chegando a quinhentos sócios em seis estados brasileiros, em menos de dois anos (DREIFUSS, 1981). Também era patrocinado por grandes empresários nacionais e pelo capital estrangeiro, dedicando-se ao estudo e mapeamento do comportamento das camadas médias e financiando instituições formadoras de opinião. Tanto o IPES quanto o IBAD apoiavam economicamente jornais da grande imprensa e revistas que se ofereciam para ajudar a desgastar a imagem do governo João Goulart e as

¹⁴ É o caso, por exemplo, da obra de Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil* (2005)

reformas de base através de fortes campanhas anticomunistas.

Dessa forma, dois posicionamentos marcavam a instituição civil e a militar: estratégias pautadas pelo anticomunismo e interferência no jogo político. Moreira Alves assinala que o complexo ESG/IBAD/IPES “tornou-se uma verdadeira e eficiente burocracia paralela para o planejamento de um novo Estado” (ALVES, 2005: 29) e que sua atuação foi central na deposição de João Goulart, pois “constituía o centro nervoso da campanha de desestabilização do governo” (Ibidem: 30). Enquanto as instituições civis conspiravam contra a democracia, preparando campanhas publicitárias e incentivando os opositores do governo, a ESG passou a ser a coordenadora das iniciativas conspiratórias dos civis e militares, tendo como justificativa ideológica para a estruturação do novo Estado a DSN. A administração que chegou ao poder após o golpe de Estado proveio em sua maioria de membros e colaboradores desse complexo. Assim, os movimentos organizados pelos setores golpistas da sociedade brasileira não podem ser estudados separadamente: militares e civis (neste caso, vinculados à burguesa nacional e ao grande capital) possuíam os mesmos interesses. Por isso, o empenho em designar a ditadura de civil-militar, a fim de que esta seja considerada em toda sua complexidade, não esquecendo dos setores civis da sociedade que apoiaram, colaboraram, participaram e se beneficiaram do regime.

A variante brasileira da Doutrina de Segurança Nacional e a geopolítica do general Golbery do Couto e Silva

A Escola Superior de Guerra foi a instituição latino-americana que se destacou na reelaboração da DSN assimilada nos Estados Unidos. Em realidade, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, como será denominada a partir da Doutrina McNamara em 1967, acrescentou elementos já presentes na tradição militar brasileira ou acabou por enfatizar outros: foi o caso da geopolítica e da guerra revolucionária. A geopolítica brasileira adquiriu uma dimensão sem precedentes a partir da Guerra Fria, principalmente a partir dos estudos do general Golbery do Couto e Silva, assim como a teoria da guerra revolucionária tomou conta dos ensinamentos e dos manuais da ESG: “No Brasil, desde 1965, 50% do tempo são dedicados a essa forma de guerra, nos programas” (COMBLIN, 1978: 47). No corpo teórico dessa reelaboração da

doutrina, privilegiava-se a segurança, a geopolítica e o desenvolvimento econômico nacionais.¹⁵

A geopolítica surgiu enquanto campo de estudo no final do século XIX e início do século XX, tendo como função primordial servir como um instrumento estratégico aos Estados que estavam em busca da conquista de novos mercados para o seu desenvolvimento capitalista, inseridos na dinâmica do imperialismo. Assim, a geopolítica passou a ser considerada vital para a construção da política estratégica nacional. Entretanto, ficou muito tempo relegada ao ostracismo, em virtude dos estrategistas nazistas terem dado a ela uma função importantíssima na conquista de territórios e na formulação do seu império.

Frédéric Ratzel, que possuía uma concepção biológica, expansionista e imperialista do Estado,¹⁶ é considerado o precursor da geopolítica. Já Rudolf Kjellen, fundador da perspectiva que a concebe como disciplina separada da geografia, acabou por radicalizar a noção de Estado proposta por Ratzel. Suas idéias foram assimiladas principalmente pelos nazistas. Entretanto, conforme as próprias orientações da ESG “deve ser ressaltado que o norte-americano Alfred Tahyer Mahan pode ser considerado como o precursor da Teoria Geopolítica, com a sua concepção de ‘destino manifesto’, que tanta influência teve nos rumos da política externa dos Estados Unidos da América” (BRASIL, 1983: 88).

A intelectualidade brasileira, desde a década de 1930, no momento da formação do Estado-nação, formulava a sua própria geopolítica nacional, que possuía claros tons expansionistas. Três grandes estudiosos se destacaram na elaboração da geopolítica brasileira, que influenciariam diretamente Golbery. O professor de geografia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Everardo Backheuser, foi quem sistematizou e ofereceu método ao estudo da geopolítica. Foi influenciado por Ratzel e Kjellen e, tentando adaptar suas teorias à realidade brasileira, atribuiu um caráter político à geografia. Outro acadêmico pioneiro na área da geopolítica foi Delgado de Carvalho, professor de Geografia na Universidade do Distrito Federal. Sua principal contribuição foram trabalhos

¹⁵ Além disso, é importante destacar que a Doutrina de Segurança Nacional reelaborada pela ESG manteve muitos dos preceitos da Lei de Segurança Nacional de 1935, decretada durante o governo de Getúlio Vargas, notadamente o “perigo do comunismo”, principal inimigo neste governo e também durante a ditadura civil-militar (D’ARAÚJO, 2006).

¹⁶ “Para Ratzel, o Estado é um organismo que necessita de espaço e expansão como qualquer outro ser biológico. A partir daí foi ressuscitada a expressão *espaço vital*, de H. G. Von Treitschke, autor da frase: ‘A guerra é o único remédio para as nações doentes’” (BORGES, 2003: 25).

específicos sobre a análise geográfica do território brasileiro. Dentre os militares, a análise geopolítica do capitão Mario Travassos dominou as Forças Armadas, a qual traçava os rumos de uma política nacional a fim de elevar o Brasil à categoria de potência sul-americana, a partir da sua obra *Projeção continental do Brasil*, de 1931.¹⁷

A geopolítica e a DSN possuíam uma intrínseca relação para os teóricos da ESG:

Las características generales del primer pensamiento geopolítico del Cono Sur [...] hacen pensar que existió una fuerte unión entre el pensamiento geopolítico y los estados de seguridad nacional en América del Sur en los años 60' y 70', al punto que podría decirse que *la geopolítica fue la geografía del estado de seguridad nacional* y contribuyó en forma significativa a sentar las bases de la Doctrina de Seguridad Nacional. En este aspecto es particularmente notorio el caso de Brasil (CHILD, 1990: 183).

Assim como também a geopolítica e a política externa estão vinculadas: “a mentalidade geopolítica conduz, pela lógica interna da preposição inicial, a uma política de poder, realizada com o fim de fortalecer o Estado frente aos demais; e depois uma política nacional –e por que não nacionalista– e com tendências ao expansionismo” (FERREIRA apud MIYAMOTO; GONÇALVES, 2000: 183). Dessa maneira, a geopolítica prevê que quanto mais distante estiver o inimigo, melhor para a nação, e quanto mais amplo o território físico, melhores são as possibilidades de se preparar uma estratégia interna e externa adequadas. O expansionismo pensado pelos estrategistas sul-americanos acenava com a hipótese de uma projeção limitada, logo, esse se daria sobre os países próximos. Nessa lógica, o expansionismo brasileiro era visto pelos vizinhos como extremamente perigoso:

Los adversarios externos del estado orgánico son los vecinos inmediatos y los aliados más distantes de los elementos subversivos detectados. El pensamiento geopolítico del Cono Sur en las últimas dos décadas ha hecho hincapié en la proyección del poder del estado como forma de aumentar el espacio y los recursos propios de la nación. Debido a las limitaciones logísticas que enfrentaron la mayoría de los regímenes militares en América del Sur, el foco principal estuvo constituido por los vecinos inmediatos (CHILD, 1990: 214).

Inserida na questão do expansionismo brasileiro, é importante destacar a “Teoria do Cerco”, desenvolvida pela ESG, vinculando geopolítica e política externa à sua elaboração e aplicação. Através de concepções estratégico-

¹⁷ Esta obra, originalmente, foi intitulada *Aspectos da geografia sul-americana*.

militares, a ditadura brasileira, prevendo que a médio e longo prazo regimes contrários à sua política pudessem colocar em risco a segurança nacional, concebia esta teoria de expansionismo ideológica, na qual se intentava a neutralização dos seus vizinhos. Criou-se, então, a “Teoria do Cerco”, que postulava que a subversão estava nas fronteiras brasileiras e que a América Latina seria a base logística para o avanço do comunismo no Ocidente. Para os militares brasileiros, o país se transformaria em uma fortaleza sitiada, tornando-se o defensor da civilização democrática e cristã no subcontinente latino-americano.

Dessa forma, não era de se estranhar, conforme Miyamoto e Gonçalves, que as teorias desenvolvidas pelos teóricos militares, fundamentalmente as de origem militar, atraíssem a ira dos demais geopolíticos latino-americanos, que consideravam o Brasil como o “grande inimigo regional” (2000: 184).

A apropriação do conceito de guerra revolucionária foi essencial para a formulação da variante teórica brasileira da DSN. Enquanto os estrategistas militares norte-americanos da segurança nacional privilegiavam o conceito de guerra total e guerra nuclear, “os latino-americanos, preocupados com o crescimento de movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da subversão interna e da guerra revolucionária” (ALVES, 2005: 40). Assim, os militares latino-americanos, particularmente os brasileiros, estavam preocupados especificamente com a vinculação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa. Conforme já visto, na concepção de guerra revolucionária, a guerra ideológica substituiu a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais. Desse modo, o conceito de soberania passou a ser reformulado, pois não se basearia mais em limites e fronteiras geográficas, mas, sim, no caráter político e ideológico dos regimes, estabelecendo-se as “fronteiras ideológicas”. A ditadura brasileira utilizou-se plenamente desse conceito para legitimar suas ações intervencionistas e expansionistas nos demais países da América Latina. Conforme o Manual da ESG, a segurança nacional dependia tanto da segurança interna quanto da externa, sendo que “a Segurança Externa é [...] um problema que afeta a própria sobrevivência do Estado” (BRASIL, 1976: 461). Partindo dessa concepção, justificava-se a política externa brasileira, que conectava os conceitos da DSN à geopolítica brasileira. Utilizando-se do exemplo das guerras no Sudeste Asiático,

é interessante perceber a proposição levantada pela ESG:

A idéia de GR [guerra revolucionária] apenas como conflito interno tende a modificar-se. O exemplo da Indochina serve para validar essa assertiva. A guerra revolucionária que envolve os dois Vietnãs, o Laos, o Camboja e a Tailândia é, em verdade, uma mesma e única guerra que pouco respeita fronteiras. Luta interna, pois, para cada país, e externa, quando de cada país *transborda* para os seus vizinhos (BRASIL, 1976: 92).

O conceito de “inimigo interno” é fundamental na concepção das “fronteiras ideológicas”. Assim como na sua matriz, na variante brasileira da DSN ele também pode atingir qualquer pessoa, sendo flexibilizado constantemente para poder enquadrar todos que, de uma maneira ou outra, possam questionar, se opor e, de alguma forma, levar à desestabilização da ditadura de Segurança Nacional. O “inimigo interno” foi utilizado para a elaboração de toda doutrina de segurança readaptada pela ESG: guerra revolucionária, geopolítica, política externa, segurança nacional, desenvolvimento econômico. Não há uma definição de “inimigo”; o importante é que toda a população vira suspeita, podendo ser controlada, perseguida e eliminada:

Esta ênfase na constante ameaça à nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se de uma ideologia de dominação de classe que tem servido para justificar as mais virulentas formas de opressão classista (ALVES, 2005: 31-32).

“Após a Segunda Grande Guerra Mundial, tem sido a GR a grande responsável pela constante perturbação da ordem em todos os continentes”, assim anuncia o *Manual básico* da ESG (BRASIL, 1976: 86). A guerra revolucionária, bem como a guerra insurrecional, faz parte de um tipo de estratégia militar, a guerra não declarada, que tem como cerne a agressão indireta e subversão interna, provocada pelo “inimigo interno”. Conforme a instituição, seria através da guerra revolucionária comunista¹⁸ que a União Soviética e o bloco oriental passariam a controlar os países do Terceiro Mundo. Estas são as definições para as duas modalidades de guerras não declaradas:

A Guerra Insurrecional – conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo, e

A Guerra Revolucionária – conflito, normalmente interno,

¹⁸ Segundo o *Manual básico* da ESG (1976: 85), toda guerra revolucionária é comunista.

estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação (BRASIL, 1976: 78).¹⁹

Entretanto, é interessante pensar a própria ressalva que se faz para a guerra insurrecional:

Os países comunistas, em sua ânsia de expansão e domínio do mundo, evitando engajar-se em um confronto direto, põem em curso os princípios de uma estratégia – em que a arma psicológica é utilizada, explorando as vulnerabilidades das sociedades democráticas, sub-reptícia e clandestinamente, através da qual procuram enfraquecê-las e induzi-las a submeter-se a seu regime sociopolítico. A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-alvo é utilizado como combatente. É de concepção marxista-leninista. A guerra insurrecional é, também, um tipo de guerra não clássica, cuja característica principal reside no fato de não ter por motivação a ideologia comunista. É o tipo de guerra em que parte da população auxiliada e reforçada, ou não, do exterior, se contrapõe ao governo que detém o poder, visando à sua deposição ou pretendendo impor-lhe condições. As lutas pela independência, visando à formação de um novo Estado, enquadram-se na tipologia da guerra insurrecional. Atualmente, tal tipo de guerra dificilmente se mantém isento das ações da guerra revolucionária comunista (BRASIL, 1976: 79).

Pode-se apreender deste excerto do *Manual básico* da ESG, além da ênfase que se dá ao “inimigo interno”, que a guerra insurrecional –de libertação nacional, de descolonização, reformista–, acaba sendo contaminada pelo comunismo. Assim, ela também tem que ser prevenida, controlada e derrotada. Mas na defesa nacional, não são somente as Forças Armadas e o aparato repressivo que têm de lutar contra a guerra revolucionária. Isto é função de toda a população, que está sendo ameaçada, inclusive os que se opuserem ou se abstiverem a essa luta passam a acusados de “inimigos” do regime. Na luta contra-revolucionária, “os fins justificam os meios” e diluem-se as noções de ação preventiva e ação repressiva:

Todas as atividades de uma nação são atingidas pela ação da GR, visando à conquista do poder para a implantação do regime comunista. Assim, é a nação como um todo que a ela deve opor-se e

¹⁹ Esta elaboração foi formulada pela Lei de Segurança Nacional, em 1969. A primeira definição de guerra revolucionária pela ESG era “uma doutrina elaborada por teóricos marxistas-leninistas e explorada por movimentos revolucionários diversos, para assenhorear-se do poder por meio do controle progressivo, físico e psicológico das populações, com o emprego de técnicas particulares, apoiando-se em uma ideologia e desenvolvendo-se segundo um processo determinado; ajusta-se a todas as formas de guerra” (BRASIL, 1976: 91-92).

opor-se dinamicamente ou, como desejam alguns, *parar*, isto é, deter a ação adversa, e *responder*. Mas sempre a *parada* e a *resposta* devem abranger a totalidade da nação, pois a segurança do país deve ser tarefa e responsabilidade de todos os seus cidadãos. Em conseqüência, impõe-se um planejamento de âmbito nacional, elaborado dos mais altos aos menores escalões, e que considere todas as expressões do Poder Nacional. As medidas contrárias à GR devem anteceder e responder, na mesma gradação, ao aumento de intensidade do processo subversivo. Por isso é que essas medidas são consideradas de caráter preventivo, repressivo e operativo. Por outro lado, o Estado deve munir-se de uma legislação adequada para efetiva aplicação na repressão dos delitos da GR, compreendidos, capitulados e definidos como delitos contra o Estado e sua ordem política e social (BRASIL, 1976: 99-100).

O principal problema que se coloca para o Estado, na perspectiva da guerra revolucionária, é que, ao ser uma guerra não declarada de agressão indireta, o comunismo acaba se utilizando de uma estratégia indireta, infiltrando-se em toda a sociedade, espalhando “inimigos internos” potenciais dentro do território nacional, e fora também. “A maior prioridade para os ocupantes do poder num país subdesenvolvido é, portanto, a *segurança interna*” (ALVES, 2005: 47):

A Segurança Interna integra-se no quadro da Segurança Nacional, tendo como campo de ação os antagonismos e pressões que se manifestem no âmbito interno. Não importa considerar as origens dos antagonismos e pressões: externa, interna ou externo-interna. Não importa a sua natureza: política, econômica, psicossocial ou militar; nem mesmo considerar as variadas formas como se apresentem: violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania. Sempre que quaisquer antagonismos ou pressões produzam efeitos dentro das fronteiras nacionais, a tarefa de superá-los, neutralizá-los e reduzi-los está compreendida no complexo de ações planejadas e executadas, que se define como Política de Segurança Interna (BRASIL, 1976: 431-432).

Para garantir a segurança interna, abrangem-se as seguintes medidas:

Diante do processo subversivo, compreende-se a importância de que a AÇÃO-RESPOSTA, de responsabilidade do Estado, se escude num quadro de defesa global visando a evitar, impedir e eliminar as ações subversivas, com vistas a garantir a Segurança Interna:

- O *evitar* significa uma ação para que não se crie e amplie no País o clima propício ao desenvolvimento do processo subversivo.
- O *impedir* significa uma ação para que não se forme ou atue no País o grupo subversivo.
- O *eliminar* significa uma ação para destruir o mecanismo e neutralizar os dirigentes do processo subversivo em andamento.
- O *garantir*, finalmente, compreende toda a sorte de medidas, visando a aumentar o grau de Segurança Interna, indispensável à preservação e consecução dos Objetivos Nacionais (BRASIL, 1976: 433-434).

A partir do discurso do Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert

McNamara, em 1967, e com a publicação da sua obra *A essência da segurança*, em 1968, um novo elemento foi acrescentado à Doutrina de Segurança Nacional: o desenvolvimento. Conforme McNamara (BRASIL, 1976: 423):

Numa sociedade que se está modernizando, Segurança significa Desenvolvimento. Segurança não é material militar, embora esse possa ser incluído no conceito; não é força militar, embora possa ser abrangida; não é atividade militar tradicional, embora possa envolvê-la. Segurança é Desenvolvimento e sem Desenvolvimento não pode haver Segurança.

Rapidamente a ditadura brasileira adotou o binômio segurança e desenvolvimento, conforme pode ser percebido no discurso do presidente Castelo Branco: “a inter-relação entre o desenvolvimento e a segurança faz com que, por um lado, o nível de segurança seja condicionado pela taxa e o potencial de crescimento econômico, por outro lado, o desenvolvimento econômico não possa se efetuar sem um mínimo de segurança” (CASTELO BRANCO apud COMBLIN, 1978: 66). Com essa nova aquisição ao seu corpo doutrinário, a reelaboração da DSN feita pela ESG foi designada “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”. Esses dois conceitos passaram, dessa forma, a ser utilizados durante o período da ditadura brasileira como legitimadores tanto das políticas econômicas vinculadas à exploração dos trabalhadores e à associação a empresas multinacionais e ao capital internacional quanto das técnicas repressivas que foram postas em prática contra os “inimigos internos” que estavam impossibilitando o desenvolvimento do país. A segurança, associada ao desenvolvimento econômico, propunha o controle social principalmente da força de trabalho, a fim de garantir às empresas estrangeiras mão-de-obra barata e domesticada. Cabe destacar que, para a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, “a defesa militar, mais que as necessidades básicas da população, é considerada o principal objetivo do desenvolvimento econômico” (ALVES, 2005: 58). O binômio segurança-desenvolvimento passou a ser aplicado em virtude da concepção da guerra revolucionária, na qual os países subdesenvolvidos eram os alvos mais fáceis de serem atingidos pela estratégia indireta do comunismo. Assim, era necessário um rápido aceleração da economia, via desenvolvimento industrial, para que a população passasse a apoiar o governo. Além disso, com o crescimento econômico brasileiro, o país se alçaria como uma potência na região, fator buscado desde a década de 1930 pela geopolítica brasileira.

Golbery do Couto e Silva foi o principal teórico brasileiro da segurança nacional e o grande responsável pela reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional para o caso brasileiro.²⁰ A geopolítica foi um elemento central no pensamento deste militar, e foi através da sua adequação ao contexto da Guerra Fria que ela foi utilizada para a formulação da variante teórica brasileira da DSN. Golbery do Couto e Silva, no Brasil, e Augusto Pinochet, no Chile, estão entre os maiores geopolíticos do Cone Sul no período da Guerra Fria. Ambos ocuparam cargos centrais nas futuras ditaduras sustentadas ideologicamente pela doutrina ensinada por eles. Golbery foi o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), entre 1964 e 1967, criado por ele logo após o golpe (antes, como funcionário do IPES, entre 1961 e 1964, já havia sido responsável pela montagem de dossiês que seria a base inicial do SNI, inclusive coordenando essas ações); no governo Costa e Silva, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União, entre 1967 e 1969; e, por fim, entre 1974 e 1981, assumiu a chefia do gabinete civil do presidente da república.

Golbery foi designado como professor adjunto da ESG em 1952. Suas teses acabaram sendo, muitas vezes, as diretrizes tomadas pela própria escola. Dessas experiências resultaram as obras *Planejamento Estratégico*, em 1955, e *Geopolítica do Brasil*, em 1958, considerado o estudo geopolítico mais influente de todo o Cone Sul. A imagem expansionista da ditadura brasileira em relação aos seus vizinhos deve-se, em grande parte, às leituras realizadas por outros estrategistas das suas obras:

Para um dos grandes críticos da política brasileira, o argentino Carlos Mastroilli, o seu governo deveria preocupar-se principalmente em ler os textos de Golbery, devendo mesmo servir de orientação à política exterior argentina frente ao Brasil. Pelo menos enquanto o livro do general for doutrina oficial das Forças Armadas e, por extensão, do governo brasileiro (MIYAMOTO; GONÇALVES, 2000: 176).

Em *Geopolítica do Brasil*, Golbery expõe as razões que faziam com que o país estivesse destinado a ser uma grande potência. As nações são determinadas por suas condições e posições geográficas. A América Latina, então, em virtude do seu posicionamento geográfico, estaria comprometida com o campo ideológico dos Estados Unidos. O subcontinente latino-americano era de vital

²⁰ Golbery do Couto e Silva recebeu treinamento militar no centro norte-americano Fort Leavenworth, em 1944, antes de ingressar na Força Expedicionária Brasileira como oficial de inteligência e informações.

importância no quadro das alianças ocidentais com os Estados Unidos na luta contra o comunismo, sendo que, na América Latina, a nação brasileira seria a parceira mais importante dessas alianças: “Que posição ocupa, afinal, o Brasil nesse Ocidente que importa, antes de tudo, definir? A defesa do Ocidente” (SILVA, 1981: 219). E oferece a seguinte conceituação de Ocidente, quando o define: “o Ocidente vive e persiste, realmente em nós, em nosso passado e em nosso presente, em nosso sangue e em nossos músculos, em nossos corações e em nossos nervos, nos ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos” (SILVA, 1981: 226).

A superioridade do Brasil nesse quadro de alianças derivava da sua posição geográfica, dos seus recursos naturais e da sua grande população:

[...] o Brasil, pelo prestígio de que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e, além disso, pela sua inigualável posição geopolítica ao largo do Atlântico Sul, ocupa posição de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades de defesa do Ocidente (SILVA, 1981: 246).

Entretanto, Golbery já destacava a vulnerabilidade do subcontinente latino-americano à influência do comunismo:

[...] a América do Sul, com seu baixíssimo padrão de vida, suas seculares iniquidades sociais, sua instabilidade econômica crônica, não se oferecerá fácil à penetração de uma ideologia que sabe falar, demagogicamente, às massas desamparadas, sofredoras e incultas e cujo prestígio se irá crescendo com os espetaculares êxitos alcançados? (SILVA, 1981: 230).

E também apontava a necessidade de os Estados Unidos ajudarem na tarefa de “contenção do comunismo” na América Latina e principalmente no Brasil, devido à posição de destaque que este ocupava no cenário latino-americano:

Importa considerar, porém, que a América Latina –e, em seu contexto, o Brasil–, por suas riquezas econômicas, sua maturidade política e seu baixo nível cultural, acha-se, sem dúvida alguma, extremamente vulnerável à agressão comunista, mascarada sob a forma de infiltração e subversão à distância e, pois, reforçar-lhe a capacidade de resistência eliminando as condições locais tão propícias à final implantação, nesta região, de capital importância para todo o Ocidente, de uma cabeça de ponte comunista ou entreposto favorável aos vermelhos é tarefa das mais relevantes e de maior urgência que as grandes potências ocidentais e, em particular, os E.U.A. tão próximos não poderiam nem deveriam, de forma alguma, descuidar em nível muito inferior de sua ampla lista de prioridades estratégicas. E quem viver, o verá (SILVA, 1981: 246-247).

Assim, na “luta contra o comunismo” era necessária a criação de uma

estratégia nacional, segundo Golbery do Couto e Silva:

De qualquer forma, porém, pode-se bem falar hoje, sem forçar a expressão, de uma estratégia ocidental como um todo bem definido e coerente, válida para todo o âmbito mundial e duradoura no tempo. E essa estratégia merece o nome que já se lhe deu de “estratégia de contenção”, por mais que tal qualificativo lhe houvesse sido mais especificamente aplicado em determinada etapa de sua lenta e penosa formulação. Com efeito, o propósito fundamental, deliberadamente assentado, é nada outro que o de conter o expansionismo comunista em suas atuais fronteiras já dilatadas, impedindo-o de transbordar, onde quer que seja, pelo ataque militar ou pela penetração pacífica, pela agressão tanto ostensiva quanto disfarçada, tanto direta quanto indireta, e prevenindo o lançamento à distância de novos rebentos que venham, numa metástase de que só o comunismo e o carcinoma descobriram o segredo maligno, a promover, aquém da cortina de ferro, novos focos da perniciosa infecção, de extinção muito mais difícil depois (SILVA, 1981: 240-241).

A necessidade do expansionismo ideológico e do crescimento de países na região que compartilhassem da DSN, assim como o reconhecimento por parte dos Estados Unidos de que o Brasil estava empenhado na luta anticomunista, já se verificava:

O reconhecimento pelos países líderes do Ocidente, em particular pelos E.U.A., da justeza e solidez de nossos anseios dependerá, entretanto, grandemente de nós. [...] É preciso arregimentar, também, todas as outras nações latino-americanas, igualmente interessadas, em uma campanha coordenada e ativa (SILVA, 1981: 249).

As teses de Golbery acabaram por ser as teses da própria ESG, sendo compartilhadas pelos demais militares. Recebendo o treinamento e o ideário da instituição (e a maioria possuindo uma forte carga anticomunista), os militares passaram a acreditar na posição estratégica do Brasil na América Latina e na certeza de que o país seria uma superpotência na região. Para isso, seria necessário aplicar as premissas da Segurança Nacional. Porém, é importante frisar que, ao longo dos 21 anos de ditadura, o pensamento militar vinculado à doutrina foi sendo diluído e incorporado ou não de acordo com as necessidades impostas pelo contexto social, político e econômico de cada momento (FICO, 2001: 41). Isso não exclui, no entanto, a importância da reformulação da DSN no seio das corporações militares –notadamente a ESG, e os militares que ajudaram a arquitetar e a executar o golpe de Estado de 31 de março de 1964.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 13-42.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos teóricos*. Ed. rev. Rio de Janeiro: ESG, 1983.

_____. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

CHILD, Jack. El pensamiento geopolítico. IN: GOODMAN, Louis W.; MENDELSON, Johanna; RIAL, Juan (comps.). *Los militares y la democracia: el futuro de las relaciones cívico-militares en América Latina*. Montevideo: Peitho, 1990, p. 213-233.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção. 30. Encontro Anual da ANPOCS, 2006. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpocs2006/103.pdf>>. Acesso em: 29/11/ 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

FERNANDES, Ananda Simões. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. *Revista de Sociologia e Política da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba, n. 12, 1999, pp. 67-82.

_____. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 97-126.

MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. IN: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume, 2000, pp. 173-213.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PERELLI, Carina. La percepción de la amenaza y el pensamiento político de los militares en América del Sur. In: GOODMAN, Louis W.; MENDELSON, Johanna; RIAL, Juan (comps.). *Los militares y la democracia: el futuro de las relaciones cívico-militares en América Latina*. Montevideo: Peitho, 1990, p. 143-155.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política*

norte-americana em relação à América Latina. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: O poder executivo & Geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

Colaboração recebida em 28/07/2009 e aprovada em 18/11/2009.